



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

16/10/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DECISÕES.....	1
1.2. DESEMBARGADORES.....	2
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DESEMBARGADORES.....	3 - 4
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. EVENTOS.....	5
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. DESEMBARGADORES.....	6 - 13
4.2. PRESIDÊNCIA.....	14
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. EVENTOS.....	15
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. DECISÕES.....	16
6.2. DESEMBARGADORES.....	17 - 19
6.3. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	20
6.4. PUBLICIDADE LEGAL.....	21 - 23
6.5. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	24

TJMA TRANCA AÇÃO PENAL CONTRA EX-PREFEITA DE AXIXÁ



A segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) atendeu ao pedido da defesa e trancou a ação penal contra a ex-prefeita de Axixá, Maria Sonia Oliveira Campos, acusada pelo atraso de dois dias na prestação de contas.

O habeas corpus foi concedido pelos desembargadores José Luiz Almeida (relator), José Bernardo Rodrigues e pela juíza Maria do Socorro Mendonça Carneiro (em substituição), em conformidade com o parecer do Ministério Público.

A ex-prefeita estaria sendo processada por atraso na prestação de contas do ano de 2012, relativas ao exercício financeiro de 2011, crime previsto no art. 1º, VI, do Decreto-Lei nº 201/67.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESCOLHERÁ DOIS NOVOS DESEMBARGADORES NESTA QUARTA

Os nomes dos dois novos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) serão conhecidos nesta quarta-feira (16). A eleição para acesso aos cargos será a partir das 9h, em sessão plenária administrativa. Treze candidatos concorrem à vaga pelo critério de merecimento e o juiz Marcelino Chaves Ewerton é o único a concorrer à vaga por antiguidade. Titular da 2ª Vara da Família da capital, ele é o mais antigo na lista de magistrados de entrada final (São Luís).

O nome de Marcelino Ewerton será apreciado pelos membros da Corte. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal, só será considerado recusado se obtiver dois terços de votos negativos. A recusa deverá ser fundamentada e precedida de ampla defesa e do contraditório. Ainda assim, para ser declarada, terá que contar com a presença de, pelo menos, dois terços dos desembargadores, incluindo o presidente.

MERECIMENTO – Os 13 juizes que concorrem à vaga pelo critério de merecimento são: José de Ribamar Castro, Tyrone José Silva, Angela Maria Moraes Salazar, João Santana Sousa, José Jorge Figueiredo dos Anjos, Luiz Gonzaga Almeida Silva, Manoel Aureliano Ferreira Neto, Luiz de França Belchior Silva, Marcelino Chaves Ewerton, Lucas da Costa Ribeiro Neto, Raimundo Nonato Neris Ferreira, Antonio José Vieira Filho e Oriana Gomes.

REDUÇÃO

ORÇAMENTO PROVOCA CHOQUE ENTRE GOVERNO DO ESTADO E TJ



O desembargador Antônio Bayma Araújo (foto) concedeu liminar em Mandado de Segurança favorável à Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) contra ato do governo do Estado que enviou à Assembleia Legislativa Projeto de Lei Orçamentária com valores inferiores aos apresentados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão para o ano de 2014. Segundo consta nos autos, o valor da proposta orçamentária, no valor de R\$ 882.847.519,00, requerida em 23 de agosto de 2013 pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, foi reduzido pelo Poder Executivo estadual para R\$ 708.686.548,00.

PÁGINA 3

CHOQUE DE PODERES

Bayma Araújo concede liminar contra redução do orçamento do TJ

O desembargador Antonio Bayma Araújo concedeu liminar em Mandado de Segurança favorável à Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) contra ato do governo do Estado que enviou à Assembleia Legislativa Projeto de Lei Orçamentária com valores inferiores aos apresentados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão para o ano de 2014.

Segundo consta nos autos, o valor da proposta orçamentária, no valor de R\$ 882.847.519,00, requerida em 23 de agosto de 2013 pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, foi reduzido pelo Poder Executivo estadual para R\$ 708.686.548,00.

No Mandado de Segurança, a AMMA argumenta que as despesas de custeio teriam sido reduzidas à metade, bem como houve redução na estimativa da arrecadação do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário, sendo esses valores remanejados de forma indiscriminada, modificando consideravelmente o valor da proposta orçamentária.

A entidade argumentou que a conduta do Poder Executivo, ao promover cortes indevidos, tanto nos gastos relacionados a despesas de custeio, quanto nos valores arrecadados pelo Ferj, afronta a autonomia administrativa e financeira do TJMA, já que, ao seu ver, ao Poder Executivo cabe apenas a remessa da proposta



Desembargador Antônio Bayma Araújo

orçamentária ao Poder Legislativo, nos moldes como foi encaminhada.

No exame do pedido, o desembargador afirmou que não é permitido ao Poder Executivo reduzir valor substancialmente em proposta orçamentária dos demais poderes, mas sim ao Poder Legislativo, ao apreciar a proposta sob os ângulos da conveniência e legalidade. So-

mente no caso de não observância, por parte do Judiciário, dos limites estabelecidos pela lei de diretrizes orçamentárias, caberia ao Executivo proceder aos devidos ajustes, a fim de consolidar a proposta orçamentária anual, conforme determina a Constituição Federal.

Bayma Araújo constatou, na decisão, que a elevação da despesa de custeio constan-

te na proposta do Poder Judiciário, em mais de R\$ 107 milhões, em nada justifica sua redução, pelo Projeto de Lei do Poder Executivo, para pouco mais de R\$ 32 milhões - muito abaixo do teto orçamentário de R\$ 73.852.419,00 assegurado por lei.

Segundo o desembargador, o Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo foi além do permitido, por ter feito o corte em mais da metade do valor destinado a despesas de custeio previsto no teto orçamentário e "demonstra manifesta violação a princípio constitucional e desrespeito à lei orçamentária".

Diante da proximidade da submissão do Projeto de Lei à apreciação pela Assembleia Legislativa e com a impossibilidade de sua modificação pelo Executivo quando iniciada a votação, o desembargador considerou o risco de dano de difícil reparação e concedeu o pedido da AMMA, em caráter cautelar, determinando ao Poder Executivo o encaminhamento de mensagem ao Legislativo com a proposta orçamentária original, contendo os valores integrais apresentados pelo Poder Judiciário para o exercício de 2014.

A decisão impede, ainda, os presidentes da Assembleia Legislativa e da Comissão de Orçamento de dar início à votação do Projeto de Lei do orçamento do Estado 2014, na parte referente ao Judiciário, até o cumprimento da decisão judicial.

COMEÇAR DE NOVO

Sejap realiza encontro sobre reintegração social

A Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), em parceria com a Secretaria de Estado de Trabalho e Economia Solidária (Setres) e Associação Comercial do Maranhão (ACM), realizam o 1º Encontro "Reintegrar para não reincidir", nesta quarta-feira (16), a partir das 19h, no auditório da ACM (praça Benedito Leite, Centro).

O evento tem como finalidade sensibilizar os empresários maranhenses a oferecerem vagas de empregos formais aos internos e egressos do sistema prisional maranhense, promovendo a reintegração social e combatendo a reincidência ao crime.

Para a coordenadora de Profissionalização, Trabalho e Renda da Sejap, Alice Magalhães, "o trabalho formal tem se revelado um dos fatores mais efetivos para a reconstrução da dignidade da pessoa cerceada de liberdade e para a reintegração social do egresso".

O evento contará com a presença dos secretários de Estado Sebastião Uchôa e José Antonio Heluy, que irão debater o tema do Encontro em uma mesa redonda com a presidente da Associação Comercial do Maranhão, Luzia Resende, os empresários associados e órgãos parceiros, como Defensoria Pública do Estado (DPE), Tribunal de Justiça (TJ) e Programa Começar de Novo.



Alice Magalhães, coordenadora de Profissionalização

Eleição à vista

A CCJ da Câmara Federal aprovou ontem a Proposta de Emenda à Constituição que permite a todos os magistrados vitalícios em atividade, de primeiro e segundo graus, votar em eleições para os órgãos diretivos dos tribunais de segundo grau.

Os integrantes dos órgãos diretivos serão eleitos por maioria absoluta e por voto direto e secreto.

O relator, deputado federal Lourival Mendes (PTdoB), ressaltou que a PEC é de vital importância para democratização interna das Cortes de Justiça do Brasil.

Tensão e calma

O dia ontem foi de muitas articulações nos bastidores do Tribunal de Justiça, com os 12 juízes candidatos à vaga por merecimento em busca de votos.

Todos os desembargadores receberam pessoalmente, por telefone ou por email pedidos de voto.

Tranquilo mesmo só o juiz Marcelino Everton, que por ser o juiz mais antigo será feito desembargador hoje sem precisar de votos.

Queda de braço I

Os poderes Executivo e Legislativo travam uma queda de braço por causa da Lei Orçamentária.

O ponto central da contenda: o Judiciário apresentou proposta orçamentária no valor de R\$ 882,8 milhões, valor que foi “enxugado” para R\$ 708,6 milhões.

A Associação dos Magistrados chiou, impetrou mandado de segurança e conseguiu liminar concedida pelo desembargador Bayma Araújo.

Queda de braço II

A Procuradoria Geral do Estado vai recorrer contra a liminar do desembargador Bayma Araújo em relação ao enxugamento da proposta orçamentária do Judiciário.

Mas ao mesmo tempo abriu conversações com o Tribunal de Justiça para encontrar uma solução negociada.

Ontem, uma fonte do governo disse à coluna que a negociação também passará pelos poderes Judiciário e Legislativo.

- **Um desembargador** experiente disse ontem à coluna que a vaga por merecimento será fortemente disputada.

TJ escolherá dois novos integrantes da corte hoje

Treze juízes disputam a vaga de desembargador, no critério merecimento; por antiguidade, juiz Marcelino Chaves Everton é o único candidato. **Política 3**

Tribunal de Justiça realiza sessão para escolher dois novos desembargadores

Treze juízes concorrem à vaga a ser preenchida pelo critério do merecimento; outra vaga será ocupada pelo juiz Marcelino Everton, mais antigo da capital

Carla Lima
Da editoria de Política

Serão escolhidos hoje dois novos desembargadores do Tribunal de Justiça (TJ) do Maranhão. As vagas abertas serão preenchidas, uma por merecimento e outra por antiguidade. Pelo primeiro critério, estão na disputa 13 juízes. Já por antiguidade, o candidato único é Marcelino Chaves Everton. Na mesma sessão administrativa, os desembargadores irão escolher os advogados que formarão duas listas tríplices para a escolha de juristas do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

A primeira eleição ocorre para a escolha do novo desembargador por merecimento na vaga deixada por Raimundo Nonato de Souza. Os candidatos são os juízes José de Riba-



Tribunal de Justiça

Ainda sob o comando do desembargador Antonio Guerreiro Júnior, Pleno do TJ escolhe novos membros

mar Castro, Tyrone José Silva, Angela Maria Moraes Salazar, João Santana Sousa, José Jorge Figueiredo dos Anjos, Luiz Gonzaga Almeida Silva, Manoel Aureliano Ferreira Neto, Luiz de França Belchior Silva, Marcelino Chaves Everton, Lucas da Costa Ribeiro Neto, Raimundo Nonato Neris Ferreira, Antonio José Vieira Filho e Oriana Gomes.

Nesta eleição, os magistrados serão analisados por cinco critérios aferidos nos últimos dois anos do exercício da magistratura. O merecimento será analisado por desempenho, que vale 20 pontos; produtividade, cuja pontuação é 30 pontos; presteza no exercício das funções vale 25 pontos; aperfeiçoamento técnico, 10 pontos, e adequação da conduta ao Código de Ética da Magistratura Nacional (15 pontos).

Uma lista tríplice será formada para outra votação posterior para a escolha final do novo desembargador.

A outra vaga de desembargador será preenchida pelo critério de antiguidade. A cadeira, que ficou vaga após aposentadoria compulsória de Meg-

Sessão definirá lista para o TRE

Os desembargadores do TJ também escolherão hoje seis nomes de advogados que concorrerão a duas vagas de jurista no Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Sete advogados estão concorrendo para as vagas de José Carlos Sousa Silva e Sérgio Muniz, que completam em novembro os seus biênios. Após a composição das listas, estas serão enviadas para o TRE e posteriormente à presidente da República, para homologação dos

novos membros da Corte Eleitoral do Maranhão.

Inscreveram-se para concorrer para composição das listas tríplices os advogados Daniel Blume, Riad Ayoub, Rehelson Athayde Rocha, Cristiano Alves Fernandes Ribeiro, Carlos Roberto Feitosa Costa, Daniel Guerreiro Bonfim e Eduardo José Leal Moreira.

Pelas regras, os desembargadores analisarão os currículos de cada candidato e escolherão três

em cada composição da lista. As duas relações com os três mais votados cada serão encaminhados para análise e impugnação de candidatura se houver necessidade e, posteriormente, enviadas ao Ministério da Justiça.

Após esse trâmite, as duas listas tríplices são enviadas para a Casa Civil, que prepara o ato de homologação para a escolha da presidente Dilma Rousseff dos dois novos membros da Corte Eleitoral do Maranhão.

Juízes candidatos por merecimento

José de Ribamar Castro
Tyrone José Silva
Angela Maria Moraes Salazar
João Santana Sousa
José Jorge Figueiredo dos Anjos
Luiz Gonzaga Almeida Silva
Manoel Aureliano Ferreira Neto

Luiz de França Belchior Silva
Marcelino Chaves Everton
Lucas da Costa Ribeiro Neto
Raimundo Nonato Neris Ferreira
Antonio José Vieira Filho
Oriana Gomes

bel Abdala pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), deverá

ser ocupada pelo juiz Marcelino Everton, o magistrado mais

antigo na lista.

De acordo com o Regimento Interno do TJ, o candidato somente será considerado recusado se obtiver dois terços de votos negativos no pleno. A recusa dos desembargadores deverá ser fundamentada e precedida de defesa e do contraditório. A recusa, para ser considerada, terá de contar com a presença de, pelo menos, dois terços dos desembargadores, incluindo o presidente.

Eleição no TJ I

O Tribunal de Justiça do Maranhão reúne-se hoje para eleger dois magistrados para as vagas de desembargador nos critérios de antiguidade e merecimento.

Pelo critério de antiguidade, deverá ser confirmado o nome do juiz Marcelino Chaves Ewerton.

E a vaga a ser preenchida pelo critério de merecimento será alvo de disputa de voto até o último momento.

Eleição no TJ II

Concorrem ao cargo de desembargador, entre outros, os juízes Tyrone Silva, Ângela Salazar, João Santana, José Jorge Figueiredo, Luiz Gonzaga Almeida, Aureliano Neto, Luiz Belchior, Oriana Gomes e Cleonice Nascimento.

João Santana e Ângela Salazar já tiveram seus nomes incluídos em dois processos anteriores de votação.

A disputa está acirrada e o resultado, segundo fonte do Palácio Clóvis Bevilácqua, pode surpreender no último momento.

Vale conferir.

Transição

A desembargadora Cleonice Freire, que toma posse na presidência do Tribunal de Justiça no dia 20 de dezembro, já indicou por ofício, encaminhado ao atual presidente Guerreiro Junior, a equipe que fará a transição dos mandatos.

A comissão é formada por Herbert Pinheiro Leite (diretor geral), Gardênia Baluz Couto (diretora financeira), Jorge Henrique da Silva Oliveira (diretor de informática e automação), Arnor Silva Machado Silva (diretor de engenharia) e Félix Alberto Lima (chefe da assessoria de comunicação da Presidência).

POR MEIO DO TRABALHO

Sejap realiza encontro com empresários sobre reintegração social



Alice Magalhães, coordenadora de Profissionalização, Trabalho e Renda da Sejap

A Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), em parceria com a Secretaria de Estado de Trabalho e Economia Solidária (Setres) e Associação Comercial do Maranhão (ACM), realizam o 1º Encontro "Reintegrar para não reincidir", nesta quarta-feira (16), a partir das 19h, no auditório da ACM (praça Benedito Leite, Centro).

O evento tem como finalidade sensibilizar os empresários maranhenses a oferecerem vagas de empregos formais aos internos e egressos do sistema prisional maranhense, promovendo a reintegração social e combatendo a reincidência ao crime.

Para a coordenadora de Profissionalização, Trabalho e Renda da Sejap, Alice Magalhães, "o trabalho formal tem se revelado um dos fatores mais efetivos para a reconstrução da dignidade da pessoa cerceada de liberdade e para a reintegração social do egresso".

O evento contará com a presença dos secretários de Estado Sebastião Uchôa e José Antonio Heluy, que irão debater o tema do Encontro em uma mesa redonda com a presidente da Associação Comercial do Maranhão, Luzia Resende, os empresários associados e órgãos parceiros, como Defensoria Pública do Estado (DPE), Tribunal de Justiça (TJ) e Programa Começar de Novo.

Justiça concede liminar em mandado de segurança contra ato de Roseana

O Tribunal de Justiça concedeu liminar no mandado de segurança impetrado pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) contra ato da governadora Roseana Sarney, que enviou à Assembleia

Legislativa Projeto de Lei Orçamentária com cortes na proposta orçamentária do Poder Judiciário para o ano de 2014. A liminar foi concedida pelo desembargador Antonio Bayma Araújo.

PÁGINA 9 [C1]

Bayma Araújo concede liminar contra redução do orçamento do TJ-MA

O desembargador Antonio Bayma Araújo concedeu liminar em Mandado de Segurança favorável à Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) contra ato do governo do Estado que enviou à Assembleia Legislativa Projeto de Lei Orçamentária com valores inferiores aos apresentados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão para o ano de 2014.

Segundo consta nos autos, o valor da proposta orçamentária, no valor de R\$ 882.847.519,00, requerida em 23 de agosto de 2013 pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, foi reduzido pelo Poder Executivo estadual para R\$ 708.686.548,00.

No Mandado de Segurança, a AMMA argumenta que as despesas de custeio teriam sido reduzidas à metade, bem como houve redução na estimativa da arrecadação do Fundo de Modernização e Reaparelhamento

do Judiciário, sendo esses valores remanejados de forma indiscriminada, modificando consideravelmente o valor da proposta orçamentária.

A entidade argumentou que a conduta do Poder Executivo, ao promover cortes indevidos, tanto nos gastos relacionados a despesas de custeio, quanto nos valores arrecadados pelo Ferj, afronta a autonomia administrativa e financeira do TJ-MA, já que, ao seu ver, ao Poder Executivo cabe apenas a remessa da proposta orçamentária ao Poder Legislativo, nos moldes como foi encaminhada.

No exame do pedido, o desembargador afirmou que não é permitido ao Poder Executivo reduzir valor consubstanciado em proposta orçamentária dos demais poderes, mas sim ao Poder Legislativo, ao apreciar a proposta sob os ângulos da conveniência e legalidade. Somente no caso de não observância,

por parte do Judiciário, dos limites estabelecidos pela lei de diretrizes orçamentárias, caberia ao Executivo proceder aos devidos ajustes, a fim de consolidar a proposta orçamentária anual, conforme determina a Constituição Federal.

Bayma Araújo constatou, na decisão, que a elevação da despesa de custeio constante na proposta do Poder Judiciário, em mais de R\$ 107 milhões, em nada justifica sua redução, pelo Projeto de Lei do Poder Executivo, para pouco mais de R\$ 32 milhões – muito abaixo do teto orçamentário de R\$ 73.852.419,00 assegurada por lei.

Segundo o desembargador, o Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo foi além do permitido, por ter feito o corte em mais da metade do valor destinado a despesas de custeio previsto no teto orçamentário e “demonstra mani-

festa violação a princípio constitucional e desrespeito à lei orçamentária”.

Diante da proximidade da submissão do Projeto de Lei à apreciação pela Assembleia Legislativa e com a impossibilidade de sua modificação pelo Executivo quando iniciada a votação, o desembargador considerou o risco de dano de difícil reparação e concedeu o pedido da AMMA, em caráter cautelar, determinando ao Poder Executivo o encaminhamento de mensagem ao Legislativo com a proposta orçamentária original, contendo os valores integrais apresentados pelo Poder Judiciário para o exercício de 2014.

A decisão impede, ainda, os presidentes da Assembleia Legislativa e da Comissão de Orçamento de dar início à votação do Projeto de Lei do orçamento do Estado 2014, na parte referente ao Judiciário, até o cumprimento da decisão judicial.



BAYMA ARAÚJO afirmou que não é permitido ao Poder Executivo reduzir orçamento dos demais poderes

Recomposição

O Tribunal de Justiça do Estado deve escolher ainda esta semana dois novos desembargadores para recompor o pleno.

Treze candidatos concorrem a uma das duas vagas pelo critério de merecimento.

Listas tríplices

O pleno do Tribunal de Justiça vota hoje duas listas tríplices: dos candidatos a desembargador e dos advogados que vão integrar a corte do Tribunal Regional Eleitoral.

A primeira caberá a governadora Roseana indicar, enquanto a segunda será da responsabilidade da presidente Dilma.

As duas vagas do TRE estão sendo disputadas por advogados conhecidos, como Fernando Feitosa, Guerreiro Júnior, Eduardo Moreira, Daniel Blume, Daniel Leite, dentre outros. Dimas Salustiano corre por fora.



O JUIZ MARCELINO Ewerton será confirmado hoje novo desembargador do Tribunal de Justiça, cargo para o qual está ascendendo pelo critério antiguidade



DIVULGAÇÃO

EQUIPE DA DIVISÃO de Serviço Social e Psicologia em visita do corregedor

Fórum de São Luís agora tem sala especial para o plantão forense

Entre as novas instalações que começaram a funcionar na última semana no Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís, está aquela destinada ao plantão forense. Com a reforma do antigo prédio do fórum, um espaço foi pensado para oferecer mais conforto aos magistrados e servidores de plantão, bem como facilitar o acesso dos jurisdicionados e advogados. A estrutura localiza-se na ala 1, no térreo do prédio.

O espaço destinado ao Plantão Forense inclui secretaria e dois gabinetes, um para o juiz do plantão criminal outro para o do plantão cível, com todos os equipamentos necessários ao bom funcionamento do plantão. Nos plantões, cada magistrado é auxiliado pelo secretário judicial e oficial de Justiça. Os plantões funcionam em regime de 24h nos fins de semana e feriados, além do plantão noturno ao longo da semana, de segunda a sexta-feira, iniciando às 18h. Os plantões forenses atendem os casos de natureza urgente.

“É um espaço amplo e muito mais acessível para quem procura o plantão. Os juízes e servidores têm uma excelente estrutura para o trabalho”, comentou o corregedor-geral da Justiça, Des. Cleones Cunha, durante visita ao local.

Saúde – Outros setores que também ganharam novos espaços com a reforma do prédio antigo do fórum de São Luís foram o Setor Médico e Odontológico e a Divisão de Serviço Social e Psicologia. Com uma estrutura grande e espaçosa, eles estão localizados na ala 3 do térreo, sendo que o setor de odontologia fica no subsolo.

A Divisão de Serviço Social e Psicologia é bastante ampla, dispondo de uma sala de atendimento lúdico para crianças, três salas de atendimento para adultos, duas para os serviços administrativos, uma copa e a recepção. A chefe do setor, a assistente social Euzenir de Fátima Ferreira Serra, comemorou as novas instalações. “Estamos bem instalados, num espaço confortável”, disse ela ao corregedor Cleones Cunha, durante sua visita. Ela conta com uma equipe composta por nove assistentes sociais e três psicólogas.

O setor dá suporte aos juízes nos processos das varas da Família, em casos que envolvem guarda de menor, abuso, alienação parental, em um trabalho conjunto das psicólogas e assistentes sociais. Também dá suporte à Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

No mesmo corredor, chega-se ao Setor Médico, que está re-

novado e equipado, pronto para atender a demanda dos servidores e magistrados, bem como qualquer emergência dos jurisdicionados. São cinco salas, sendo dois consultórios, uma enfermaria, recepção e a sala de chefia. Há consultas nas especialidades de clínica médica, pediatria, cardiologia e endocrinologia, além do atendimento de enfermagem e vacinas. O serviço atende, também, os servidores terceirizados e dependentes.

Outra importância do Setor Médico é disponibilizar os primeiros socorros nos salões do Tribunal do Júri. A equipe, coordenada por Fátima Rodrigues, é composta por quatro médicos e duas enfermeiras, além de servidores administrativos.

Não menos importante, o Setor Odontológico ganhou consultórios modernos, todos bem equipados para atender com segurança e qualidade os que precisam de tratamento dentário. Desde restauração a exames clínicos e casos de urgência, o setor atende em dois consultórios, sendo marcado por sistema on-line, o SALUS, sempre às sextas-feiras, às 12h. Os casos de urgência são atendidos imediatamente.

“ Fizemos questão de equipar todos os setores voltados para a saúde e para o social com televisão na recepção, bem como outros itens que ajudam as pessoas que oferecem mais conforto a quem aguarda atendimento”, ressaltou o diretor do fórum, juiz Sebastião Lima Bonfim. Ele revela que, com o corregedor Cleones Cunha, pediram diversas alterações no projeto inicial de reforma do prédio antigo, possibilitando a instalação desses setores no local. “Foi muito trabalhoso, demos muito trabalho à Diretoria de Engenharia do Tribunal de Justiça, que nos atendeu sempre que pode, mas, agora, constatamos que as mudanças foram necessárias e importantes”, disse Bonfim.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SÃO LUIS
2ª VARA CÍVEL**


EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

**O DOUTOR LUIZ DE FRANÇA
BELCHIOR SILVA, JUIZ DE DIREITO
DA SEGUNDA VARA CÍVEL DE SÃO
LUIS — MARANHÃO, POR
DESIGNAÇÃO LEGAL, ETC.**

F A Z S A B E R que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, fica **CITADO FERNANDA DE FATIMA RIBEIRO DE ALMEIDA**, inscrito no CPF 409.013.783-72, que se acha em lugar incerto e desconhecido, para tomar ciência da Ação de de Cobrança em tramitação nesta Secretaria da 2ª Vara Cível, Processo nº 43539-14.2010.8.10.0001, que lhe move COOPERFORTE - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS FUNCIONARIOS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS PUBLICAS FEDERAIS. Assim, por meio deste, poderá responder em 15 (quinze) dias a presente ação, sob as cominações legais, ficando advertido de que, caso não seja apresentada defesa, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, nos termos do art. 285, segunda parte, do CPC. Ficando o réu cientificado de que a inicial e os documentos que a instruem se encontram na Secretaria, à sua disposição, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", na Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau. E, em cumprimento da lei e para que não alegue ignorância, mandei expedir este edital, para ser publicado na forma determinada. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, aos 14 de junho de 2013. Eu, Marcia Lopes Ferreira, Secretária Judicial da 2ª Vara Cível, mandei digitar e conferi.



Luiz de Franca Belchior Silva
Juiz Titular da 2ª Vara Cível da Capital


ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUIS-MA.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 20776-48 2012.8.10.0001
DENOMINAÇÃO: Processo Civil e do Trabalho | Processo de Conhecimento
| Procedimento de Conhecimento | Procedimento Ordinário
DATA DO AJUIZAMENTO: 25/05/2012 12:27:18
PARTE(S) REQUERENTE(S): ANTONIO VIEIRA LEITE JUNIOR
PARTE(S) REQUERIDA(S): PLANUSCE - PLANEJAMENTO E
CONSULTORIA EMPRESARIAL

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Alice de Sousa Rocha, Juiz(a) de Direito
da 5ª Vara Cível da Comarca de São Luis, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento
tiverem, que fica(m) **CITADO** a(s) parte(s) requerida(s), **PLANUSCE -
PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EMPRESARIAL**, atualmente em lugar
incerto e não sabido, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar
con'estação, sob pena de presunção de veracidade dos fatos. E para que
chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro,
expediu-se o presente **EDITAL**, que será fixado no lugar de costume, nos
termos da petição inicial e despacho prolatado nos autos da Ação em
epígrafe, a seguir transcrito Cite-se a parte demandada por edital, conforme
postulado às fls. 142, observando a Secretaria as exigências contidas no art.
232, itens II e III do CPC. Prazo: 30 (trinta) dias. Intime-se a parte autora para
providenciar as publicações que lhe são atinentes, bem como depositar os
valores necessários a presente citação. Cumpra-se. São Luis (MA), 26 de
julho de 2013. Drª ALICE DE SOUSA ROCHA, Juíza de Direito Titular da 5ª
Vara Cível da Capital. O que se **CUMpra** nos termos e na forma da Lei.
Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta
cidade de São Luis, Estado do Maranhão, aos dezesseis dias do mês de
setembro do ano de dois mil e treze.

DRª. ALICE DE SOUSA ROCHA
Juíza de Direito Titular da 5ª Vara Cível

do seu
tr

Generated by CamScanner



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SÃO LUÍS
2ª VARA CÍVEL
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O DOUTOR LUIZ DE FRANÇA BELCHIOR SILVA, JUIZ DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS - MARANHÃO, POR DESIGNAÇÃO LEGAL, ETC.

FAZ SABER que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias foram CITADOS MARIA DO CARMO NETO MUNIZ, brasileira, solteira, pensionista, com CPF: 012.134.617-07 e GLORIA MARIA CERVEIRA, brasileira, professora CPF nº 064.581.143-20, que se acham em lugar incerto e desconhecido, para tomar ciência da Ação de COBRANÇA em tramitação nesta Secretaria da 2ª Vara Cível, Processo nº 21777-05.2011.8.10.0001, que lhe move EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Assim, por meio deste, poderá responder em 15 (quinze) dias a presente ação, sob as cominações legais, ficando advertido de que, caso não seja apresentada defesa, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, nos termos do art. 285, segunda parte, do CPC. Ficando o réu cientificado de que a inicial dos documentos que a instruem se encontram na Secretaria, à sua disposição no Fórum “Desembargador Sarney Costa”, na Av. Prof. Carlos Cunha, s/nº. E, em cumprimento da lei e para que não alegue ignorância, mandei expedir o edital, para ser publicado na forma determinada. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, aos 25 de março de 2013. Eu, Márcia Lopes Ferreira, Secretária Judicial da 2ª Vara Cível, mandei digitar e conferi.



Luiz de França Belchior Silva
Juiz Titular da 2ª Vara Cível da Capital

Processos envolvendo adolescentes serão regularizados

A Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF) e a Coordenação da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão irão concentrar esforços em torno da regularização dos processos e da fiscalização na execução de penas impostas contra adolescentes, em trâmite na 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís.

O acordo foi feito em reunião entre os desembargadores Froz Sobrinho (Coordenador da UMF), Vicente de Paula Castro (Coordenador da Infância e Juventude), e o juiz José dos Santos Costa (da 2ª Vara da Infância e Juventude).

Os magistrados discutiram a situação da infância e juventude na capital, especialmente da 2ª Vara, que necessita da construção de um espaço próprio, novos equipamentos e capacitação para a melhoria do trabalho, considerando a média de dois adolescentes apreendidos por dia, envolvidos principalmente em assaltos.

“Se não tivermos o mínimo de estrutura nessa área, corremos o risco de rebeliões e tragédias”, ressaltou o juiz José Costa.

Ficou definido ainda um encontro com a nova mesa diretora do TJ-MA, formada pelas desembargadoras Cleonice Freire (presidente), Nelma Sarney (corregedora geral da Justiça) e Anildes Cruz (vice-presidente). “A desembargadora Cleonice Freire já anunciou que pretende priorizar a área da infância e juventude, considerando sua história de atuação nesse ramo”, informou o desembargador Froz Sobrinho.